



AVISO n.º POCH-67-2020-01

Convite para apresentação de candidaturas

Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar – Campeonato das Profissões (fase nacional)

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	4	Qualidade e inovação no sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10.i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e formação.
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu	
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"> Alunos ou ex-alunos participantes na fase nacional dos campeonatos das profissões 	
Indicador de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Pontuação da avaliação obtida decorrente da participação da entidade na fase nacional do 44º campeonato das profissões 	
Tipologia de Intervenção	67	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior
Tipologia de Operação	4.1	Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar
Período de Candidatura	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	5 dias úteis após a data de abertura, até às 18H00

Cofinanciado por:





Índice

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	2
2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	3
3. BENEFICIÁRIOS.....	3
4. DESTINATÁRIOS	4
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE COFINANCIAMENTO	4
6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	4
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8. FORMA DE APOIO	4
9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR.....	5
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	6
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	7
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	7
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	7
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	8
15. REGIME DE FINANCIAMENTO	8
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR	10
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	11
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	11
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	11
20. PONTO DE CONTACTO.....	12
21. OUTRAS DISPOSIÇÕES	12
ANEXO I - Prazos e Procedimentos de Análise e Decisão de Candidaturas.....	13
ANEXO II – Deliberação n.º 3/2019, da CIC Portugal 2020.....	14

Cofinanciado por:



1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas (AAC) por convite visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo n.º 88/2018, de 6 de novembro e pelo n.º 127/2019, de 29 de agosto, conjugados com o artigo 5.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro e n.º 159/2019, de 23 de maio, que o republica.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 4 – Qualidade e inovação no sistema de educação e formação do PO CH e especificamente na tipologia de operação 4.1 - Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar, designadamente ações que visem o desenvolvimento de projetos inovadores centrados na melhoria da qualidade pedagógica e organizativa das escolas e projetos que envolvam alunos com capacidades excecionais.

O presente Aviso visa, em particular, apoiar uma participação mais alargada nos [campeonatos das profissões](#), agora na sua fase nacional e na sequência também dos apoios concedidos para a participação na fase regional, na sequência do Aviso POC-67-2019-06, em particular de entidades que ministram cursos no âmbito do ensino profissional, tendo em consideração o fraco envolvimento dos mesmos em anteriores edições desta iniciativa e, sobretudo, considerando que esta possibilita que jovens qualificados compitam num alargado leque de profissões, através da realização de produtos ou serviços de elevada complexidade, com valor no mercado de trabalho, avaliados por um júri composto por peritos altamente qualificados, de acordo com prescrições técnicas internacionalmente estabelecidas no âmbito da *WorldSkills* Internacional. Neste contexto, o envolvimento de mais participantes nestes campeonatos constitui um instrumento por excelência de afirmação e credibilização acrescida das vias de dupla certificação para jovens, promovendo ainda por essa via a melhoria da qualidade dessa formação, tendo em atenção os exigentes padrões que são requeridos para assegurar essa participação.

São objetivos do campeonato das profissões:

- Demonstrar a capacidade formativa do sistema de educação e formação profissional;
- Promover a qualificação de formadores;
- Valorizar a formação profissional e o estatuto social das profissões, sensibilizando jovens, famílias, empresários e população ativa em geral para a importância da educação/formação;
- Dinamizar o intercâmbio pedagógico e tecnológico entre o sistema de educação e formação profissional e as empresas;

- Criar uma rede de conhecimento associada a cada atividade profissional, a dinamizar através de fóruns de discussão e partilha de conhecimento, por profissão;
- Selecionar os melhores candidatos para a representação de Portugal em competições internacionais da *WorldSkills Europe* e da *WorldSkills Internacional*.

O presente convite é, assim, subsequente ao Aviso n.º POCH-67-2019-06 para apoio à fase regional do 44.º campeonato das profissões. As entidades apoiadas ao abrigo do presente Aviso que vierem a ter alunos ou ex-alunos apurados para as fases subsequentes destes campeonatos - Campeonato da Europa e finalmente o Campeonato do Mundo - poderão igualmente ter apoio do POCH para esse efeito, mediante avisos específicos de abertura de candidaturas a publicar oportunamente após o apuramento dos resultados finais de cada fase precedente destes campeonatos, dirigidos assim às entidades que vierem a ser apuradas para a fase seguinte.

Os candidatos que venham a ser apurados para o Campeonato da Europa - *WorldSkills Europe*, a realizar na Áustria, em Graz, de 16 a 20 de setembro de 2020 e para o Campeonato do Mundo - *WorldSkills International*, a realizar na China, em Xangai, de 23 a 26 de setembro de 2021, poderão ser apoiados igualmente pelo POCH no contexto de Avisos a abrir oportunamente para o efeito após o apuramento dos resultados da fase precedente e o mais tardar até ao final de 2020.

2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operação 4.1 prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 30.º do RECH, denominada “Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa”, em particular as alíneas b) e e) do n.º 8 do artigo 30.º do RECH, e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de dezembro, alterada pela Decisão C (2018) 8168 final, de 29 de novembro.

Em concreto visa apoiar o envolvimento de escolas com ensino profissional no 44.º Campeonato nacional das profissões, designadamente aqueles identificados no ponto 9.2 do AAC.

3. BENEFICIÁRIOS

Nos termos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação e da Deliberação aprovada em CIC especializada do capital humano para este efeito, o presente Convite destina-se exclusivamente às escolas profissionais privadas e as escolas públicas com ensino profissional apuradas para o 44.º campeonato nacional de profissões, nos termos previstos na referida Deliberação.

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários finais do presente Aviso os professores e alunos e/ou ex-alunos dos cursos profissionais que participem nestes campeonatos, embora, nos termos previstos no [*Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund*](#), em particular do seu anexo D, sejam apenas considerados destinatários indiretos, uma vez que o apoio é concedido a entidades terceiras, que intervêm na qualidade de beneficiárias, as quais realizarão um conjunto de intervenções que beneficiarão indiretamente os destinatários.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima indicativa de Fundo Social Europeu (FSE) a alocar ao presente aviso é de 170.000€ (cento e setenta mil euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante de despesa elegível, após dedução de eventuais receitas, sendo os restantes 15% assegurados nos termos do artigo 3.º do RECH.

6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

Cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

7.1. São elegíveis as operações desenvolvidas nas regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro e Alentejo).

7.2. Para efeitos de aplicação do número anterior, a elegibilidade é determinada pela localização da entidade beneficiária, nos termos no n.º 5 do artigo 29.º do RECH, e de acordo com o referido no ponto 3 do AAC, sendo elegíveis entidades com sede numa região não elegível, desde que ministrem cursos profissionais numa das regiões elegíveis ao PO em, pelo menos, um dos últimos 3 anos letivos.

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de montantes fixos, nos termos previstos, nas alíneas d) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro,

alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro e n.º 127/2019, de 29 de agosto, em articulação com o artigo 32.º do RECH, uma vez que o montante do custo total máximo elegível por candidatura é fixado em 5.500€ (cinco mil e quinhentos Euros) para a participação no campeonato nacional.

Atendendo ao disposto na alínea d) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, e com o artigo 32.º do RECH, tratam-se de Operações de Baixo Montante (OBM), cujo financiamento público não excede 50.000,00€, pelo que serão obrigatoriamente apoiadas em regime de custos simplificados.

Os custos elegíveis no âmbito destas operações são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do POC, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório das rubricas de despesa para o conjunto de ações propostas a financiamento, estando o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados. O financiamento a aprovar terá, assim, em conta a previsão de custos apresentada pela entidade em sede de submissão da candidatura, devidamente detalhada e justificada, bem como a adequação aos objetivos finais previstos, conforme estabelecido no ponto 15.

9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1 Elegibilidade do beneficiário

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e não estarem abrangidos pelos impedimentos estabelecidos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ainda declarar a não existência de salários em atraso, conforme a alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

9.2 Elegibilidade das operações

Tendo por base o enquadramento do ponto 1 e 2 do presente Aviso, bem como o disposto nas alíneas b) e e) do n.º 8 do artigo 30.º do RECH, a operação contribui para “o desenvolvimento de projetos ligados ao reforço da aprendizagem dos conhecimentos e das capacidades previstas nos programas e nas metas das diferentes disciplinas ou módulos” e para o “desenvolvimento de projetos que promovem o mérito e a excelência dos alunos e dos formandos”.

No âmbito do presente Aviso são consideradas elegíveis ações relativas à participação das entidades beneficiárias e respetivos professores/formadores/tutores e alunos/formandos nos campeonatos das profissões a nível nacional, o qual integra a seguinte fase:

- Fase nacional | 9 a 14 de fevereiro de 2020;

Cada entidade deve assegurar que a sua candidatura cumpre as seguintes requisitos técnicos obrigatórios:

- Ter obtido apuramento para a fase nacional do 44.º campeonato das profissões dos respetivos concorrentes, nos termos da Nota Informativa n.º 4 – Ciclo 2019-2021, da WorldSkills Portugal, disponível [aqui](#);
- Por cada profissão a que concorrer, terá de assegurar um jurado, o qual poderá ser um professor, formador ou tutor.

9.3 Despesas elegíveis

Para efeitos de análise do orçamento prévio submetido pelas entidades beneficiárias, na modalidade de montantes fixos, serão apenas consideradas as seguintes categorias de despesas previstas no n.º 9 do artigo 33.º do RECH:

- a) Encargos com salários dos docentes e técnicos afetos à operação, designadamente para assegurar a preparação dos alunos ou ex-alunos que irão concorrer no campeonato regional e depois a sua participação no mesmo;
- h) Encargos com a realização de visitas de estudo e deslocações, decorrentes em particular da participação dos concorrentes e jurados da entidade no campeonato nacional;
- i) Encargos com a produção de materiais informativos e de divulgação dos resultados da participação nesta fase do campeonato.

Os custos elegíveis no âmbito destas operações são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do PO CH, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório dos valores propostos por rubrica de despesa, no formulário de candidatura. No contexto das despesas elegíveis estabelecidas anteriormente, a Autoridade de Gestão (AG), mediante análise do orçamento submetido, atribuirá um montante fixo, até ao limite máximo de financiamento de 5.500 euros (cinco mil e quinhentos euros), em função de critérios de referência estabelecidos na nota metodológica em anexo ao presente aviso.

O financiamento da operação depende da concretização integral dos resultados contratualizados.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso terminam até 31 de março de 2020.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o **primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso** e as **18H00 do quinto dia útil após a data de abertura do presente aviso**.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no [Balcão do Portugal 2020](#), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, no RECH e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativos à caracterização das entidades beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

O **processo de decisão** das candidaturas integra duas fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e da alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, definidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no presente Aviso;
- ii) **Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POCH no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Aviso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo das situações de suspensão de prazo legalmente previstas, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do anexo I.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”, anexar o documento do orçamento detalhado.

A documentação adicional requerida neste ponto deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito na mesma secção do portal onde se encontra o AAC, com a designação “Anexo”.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO

As regras de financiamento são as estabelecidas no do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação

A contratualização das operações é efetuada com base nos Indicadores constantes no ponto 16 do presente Aviso.

Nos termos referidos no ponto 8 do AAC, embora os beneficiários estejam dispensados da apresentação de documentos comprovativos de despesa, nesta modalidade de apoio, os candidatos deverão apresentar, em sede de submissão de candidatura, um orçamento prévio, detalhado e justificado e adequado aos objetivos finais previstos.

No contexto das operações elegíveis e previstas serem implementadas pelas entidades beneficiárias a Autoridade de Gestão (AG), mediante análise do orçamento submetido, atribuirá um montante fixo, no limite máximo de financiamento total de 5.500€ (cinco mil e quinhentos euros) por operação, sendo que essa análise será feita em função dos seguintes critérios de referência, conforme nota metodológica em anexo ao presente aviso:

- Número de profissões a que se candidata, dentro do n.º máximo a que podem concorrer, conforme previsto no ponto 9.2. do presente aviso;

- Por cada profissão a que concorrer, o número de alunos ou ex-alunos dessa entidade que irão concorrer, igualmente dentro do n.º máximo que podem apresentar nesta fase do campeonato das profissões, nos termos estabelecidos no ponto 9.2. do presente aviso.

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização da respetiva operação, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, com as adaptações previstas no presente ponto decorrentes da opção de custos simplificados fixada.

O pagamento do adiantamento único, no valor de 40% do montante total de financiamento público aprovado, nos termos da Deliberação n.º 3/2019 da CIC Portugal 2020, de 25 de fevereiro (anexo II), independentemente da anualidade ou plurianualidade da candidatura, é processado quando se cumprirem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

No âmbito desta modalidade, não há lugar à apresentação de pedidos de reembolso durante a execução da operação, incluindo do pedido de reembolso intermédio, na medida em que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos compromissos contratualizados, após a conclusão física da operação.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão física da última atividade.

A subvenção apenas é paga quando, em sede de análise do pedido de pagamento de saldo final, se concluir que a meta contratualizada em candidatura, para o indicador de resultado, foi cumprida integralmente. Significa isto que, no caso de incumprimento ou cumprimento parcial da meta fixada para o referido indicador, não será pago qualquer montante de subvenção, determinando a recuperação do montante pago a título de adiantamento, nos termos do artigo 26.º do supra citado Decreto-Lei.

As entidades beneficiárias devem, em sede de apresentação de saldo, anexar a ficha individual de avaliação de resultados, onde conste informação pertinente sobre a mesma, incluindo a informação que sustenta a consecução dos compromissos contratualizados com a Autoridade de Gestão, nos termos do ponto seguinte.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 34.º do RECH, na sua atual redação, devem ser contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, os beneficiários têm de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão.

16.2. O compromisso a assumir por cada beneficiário é o descrito no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores ¹	Unidade de medida	Meta
REALIZAÇÃO	Alunos ou ex-alunos participantes na fase nacional dos campeonatos das profissões	N.º	A indicar pelo candidato ²
RESULTADO	Pontuação da avaliação obtida decorrente da participação da entidade na fase de nacional do campeonato das profissões	N.º	>=50 pontos ³

¹⁾ A verificação do cumprimento dos indicadores será efetuada através da apresentação da ficha individual de avaliação de resultados de participação aplicada pelo IEFP, I.P. enquanto entidade responsável pela organização em Portugal do campeonato das profissões.

²⁾ A propor pela entidade candidata em função do número de alunos ou ex-alunos apurados para a fase nacional do campeonato das profissões, como concorrente ao mesmo.

³⁾ Meta mínima exigida para a pontuação a obter decorrente da participação no campeonato nacional.

16.3. O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração nas operações na modalidade de montantes fixos na medida em que a subvenção apenas é paga quando, em sede de análise do pedido de pagamento de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas são atingidas integralmente. No caso de incumprimento dessas metas não será pago qualquer montante de subvenção, determinando-se ainda a recuperação do montante pago a título de adiantamento, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise da candidatura e a decisão sobre a mesma é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POCH.

Ao abrigo do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), é assegurada a licitude do tratamento de dados pessoais contantes das candidaturas submetidas e aprovadas no âmbito do presente Aviso, nomeadamente nos termos previstos nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do RGPD, não só por força da manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita das entidades beneficiárias titulares dos dados, bem como para efeito do cumprimento de obrigações legais decorrentes do ato de apresentação de candidatura. É, ainda, assegurado pelo POCH o cumprimento de todos os princípios e obrigações relativamente aos direitos dos titulares dos dados pessoais previstos à luz dos artigos 13.º a 23.º do RGPD, para a finalidade exclusiva de análise técnica da candidatura e a respetiva transferência desses dados.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do POCH, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do POCH, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [POCH](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o Aviso;
- c) Pontos de contacto para obter informação adicional;
- d) Manual de normas gráficas do POCH.

Neste contexto recomenda-se em particular a consulta do [Guia do Beneficiário do POCH](#).



20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal [Portugal 2020](#), os pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Capital Humano

Avenida João Crisóstomo n.º 11 – 1000-177 Lisboa – Portugal

Telefone (*Call center*): +351 215976790

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente Aviso aplicam-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março, e na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

Lisboa, 3 de fevereiro de 2020

Programa Operacional Capital Humano

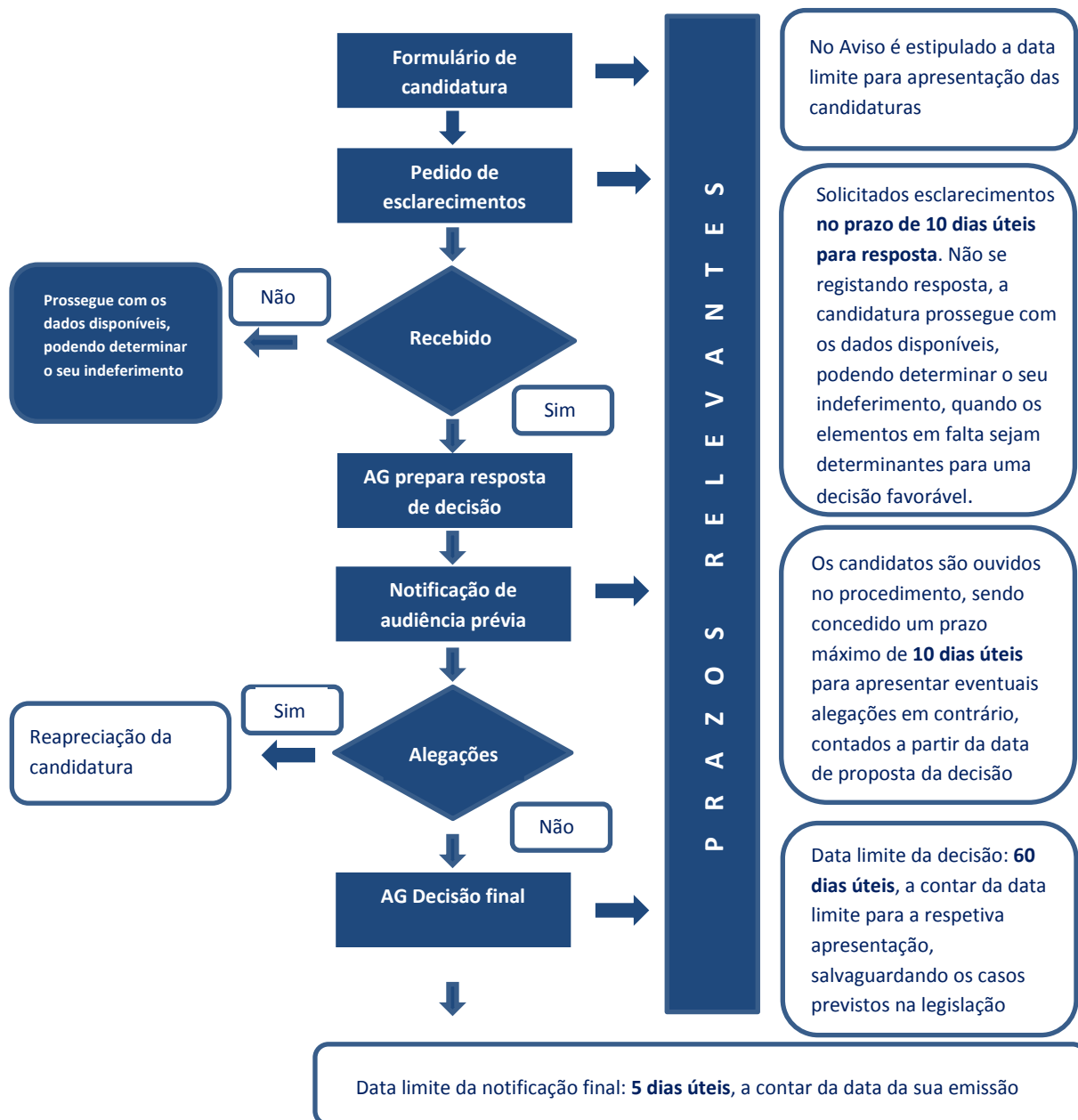
O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo

Cofinanciado por:



ANEXO I - Prazos e Procedimentos de Análise e Decisão de Candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO II – Deliberação n.º 3/2019, da CIC Portugal 2020

Deliberação n.º 3/2019

Sistema de financiamento específico no âmbito das operações de baixos montantes apoiadas em regime de custos simplificados

As Operações de Baixos Montantes previstas no número 2-A do artigo 67.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 272.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho de 2018, são apoiadas obrigatoriamente em regime de custos simplificados, sempre que não sejam exclusivamente executadas através de contratação pública ou não estejam ao abrigo de um regime de auxílios estatais, que não o regime de *Minimis*, ou ainda que, não estejam abrangidas por um regime de custos simplificados.

O n.º 12 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, dispõe que, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, poderá a CIC Portugal 2020 fixar, para as operações cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), um sistema de financiamento específico, em derrogação do estabelecido nesse mesmo artigo.

Com efeito, no que respeita ao pagamento de adiantamentos, a regra geral no âmbito das referidas operações consta da alínea a) do n.º 6 do supra citado artigo 25.º, determinando que o adiantamento tem lugar logo que a operação se inicia, até ao montante de 15% do valor total aprovado, no caso de candidaturas anuais, ou do valor aprovado para cada ano, no caso de candidaturas plurianuais.

Neste contexto, a CIC Portugal 2020 delibera fixar um sistema de financiamento específico para as Operações de Baixo Montante cofinanciadas pelo FSE que consiste no pagamento de um único adiantamento no montante de 40% do valor aprovado para a operação sem lugar a reembolsos intermédios.



A presente Deliberação produz efeitos relativamente às Operações de Baixo Montante enquadradas em Avisos a publicar após a data da presente Deliberação, bem como às Operações de Baixo Montante submetidas no âmbito de Avisos já publicados e à data da presente Deliberação não encerrados.

CIC Portugal 2020, 25 de fevereiro de 2019

O Ministro do Planeamento


Angelo Nelson
Rosário de Souza
2019.02.28
19:55:05 Z

Nelson de Souza

2 | 2

Cofinanciado por:

